
A Importância do Psicopedagogo no Processo de Alfabetização

Sabrina Guedes de Oliveira

Resumo

Este trabalho monográfico tem a finalidade de defender a existência do psicopedagogo no ambiente escolar, sua importância para o desenvolvimento do processo de alfabetização e o auxílio ímpar na relação ensino-aprendizagem (professor e aluno). A Introdução deste trabalho refere-se ao porquê da elaboração desta monografia, bem como a justificativa e a validade do tema em questão. O trabalho é dividido basicamente em três capítulos centrais: o 1º Capítulo trata do *histórico do analfabetismo no cenário nacional*, o 2º Capítulo faz alusão fundamentalmente a *Psicopedagogia (histórico, Associação de Psicopedagogia e campo de atuação)* e completando, o 3º capítulo faz menção a respeito do *(An) Alfabetismo, causas, conseqüências e a inadequação dos métodos utilizados nas classes de alfabetização*. Para finalizar, é empregada uma conclusão onde todos os pontos do assunto são bem fundamentados. É indispensável ressaltar a colaboração de alguns teóricos e a pesquisa investida em seus trabalhos, destacando-se especialmente Ferreira, Freire, Kramer, Moll e Scoz. Espero que as considerações que são encaminhadas neste estudo contribuam para a afirmação definitiva do psicopedagogo no panorama educacional, exclusivamente, oferecendo o suporte fundamental àqueles que estão ligados de alguma forma à alfabetização, professores e alunos.

Introdução

Neste trabalho apresento e desenvolvo um estudo a respeito da importância da presença do psicopedagogo, especificamente dentro do ambiente escolar.

Como o universo escolar é infindável em situações, especificações, indivíduos, enfim, um local que proporciona inúmeros debates e discussões, resolvi delimitar o campo de estudo que me disponho a fazer a respeito da importância que o profissional da área psicopedagógica tem para com o processo de alfabetização.

Este estudo tem o objetivo de analisar historicamente a situação do analfabetismo no Brasil, problematizar e desvendar os entraves da crônica situação vivenciada no contexto educacional da problemática sob o ponto de vista de alguns teóricos, bem como inserir e contextualizar a importância do psicopedagogo na atual conjuntura do processo de alfabetização.

O tema que me dispus a estudar é bastante atual, já que tanto Alfabetização quanto Psicopedagogia fazem parte da contemporaneidade educacional e visam atender, ajudando de maneira criteriosa as dificuldades apresentadas nos primeiros anos de escolaridade, primordialmente naquilo que denominamos processo de alfabetização.

Já que convivemos durante muitos anos com a turbulência do analfabetismo assolando e devastando nossa educação, perpassando por vários “milagrosos” métodos, teorias, profissionais... e tantos outros estudiosos que se dedicaram a erradicação do “germe” de nossos alunos, pretendi inserir a contribuição do psicopedagogo, não como um milagreiro no campo educacional, nem tampouco como um falso psicólogo ou pedagogo que tenta mais um campo de trabalho, mas como um profissional multidisciplinar que auxiliará professores e alunos na obtenção de uma alfabetização eficaz.

Este trabalho toma por base teórica, autores que tratam sobre questões relativas referentes à Alfabetização, Leitura, Escrita, Psicopedagogia, sendo assim necessário estudar FERREIRA, FREIRE, KRAMER, MOLL e SCOZ.

Para tal estudo a que me dedico foi pertinente utilizar-me do método dialético, já que há uma intensa movimentação entre as diversas nuances do problema.

Foi necessário fazer visitas, consultando o acervo da Biblioteca Nacional, Biblioteca Souza Marques, Biblioteca da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, assim como o meu acervo pessoal, para que todo o trabalho fosse concluído.

1. Historicidade Brasileira. O Analfabetismo e seus Antecedentes

Desde o início da colonização brasileira, verificamos uma “Educação da Exclusão”, onde a grande parcela da população do país era alijada do conhecimento produzido pelos grupos hegemônicos daquele período.

Exemplificando tal fato através das medidas dos Governos Brasileiros, citaremos o Pacto Colonial como um grande aliado do analfabetismo brasileiro: *o Alvará de 20/03/1720 – proibição de letras impressas no Brasil, Alvará de 16/12/1794 – proibição do despacho de livros e papéis para o Brasil, Aviso de 18/06/1800 – repreensão a Câmara dos Tamanduás (MG) pela instituição de uma aula das primeiras letras e a Ordem do Governo Português em destruir e queimar a primeira gráfica da colônia*. Juntamente com outras situações, como por exemplo, a proibição do ensino de ofícios aos escravos, funcionamento de pequenas fábricas etc., fica bastante claro que o processo de colonização só seria consolidado através do analfabetismo da população.

Fazendo uma rápida viagem pela história da educação brasileira do século XVI ao XX – já que antes o Brasil não tinha sido “descoberto” – apontarei alguns acontecimentos que reforçaram o enorme contingente de analfabetos em nosso país. Como este trabalho monográfico enfoca a questão da contribuição da Psicopedagogia no processo de alfabetização, é necessária uma investigação profunda até a raiz do problema. Uma melhor elucidação dos fatos revelará o verdadeiro professorado brasileiro frente à alfabetização.

No começo do século XVI não havia nenhuma preocupação com a educação escolarizada, somente com a chegada dos jesuítas no ano de 1549 alerta-se para tal aspecto. A educação jesuítica baseava-se em uma disciplina rígida, na hierarquização e obediência. Atuava na dualidade, escolarizada para a nobreza e seus descendentes e, catequética e rudimentar para os indígenas.

A partir de 1759 com o Marquês de Pombal, há um desestruturamento de toda organização escolar jesuítica. Retrocedemos. Ficamos treze anos sem escolas, com “aulas avulsas” e ministradas por professores despreparados para a prática docente.

O nível fundamental de ensino não é afetado por essa mudança, continua a ser desvinculado de temáticas e problemas com a realidade. Dá-se início a educação escolar como aparato burocrático do Estado.

No período compreendido entre os anos de 1808 e 1822 com a instalação da corte portuguesa no território brasileiro, a preocupação com a profissionalização aumenta, e são criados os cursos superiores de Medicina, Engenharia Civil, Economia, Política, Música, História, Desenho entre outros.

A primeira Constituição Brasileira (1824) – inspirada na Constituição Francesa de 1791 -, *em seu artigo 179, prevê o ensino primário a todos os cidadãos e no artigo 250, a instalação de escolas primárias em cada termo, de ginásio em cada comarca e de universidades nos mais apropriados locais (Moll, 1997)*. Porém a escola elementar permanece inalterada durante toda a primeira metade do século XIX.

A escola elementar deste período baseava-se no Método Lancasteriano, criado por Lancaster e Bell, trabalhava com a repetição e fixação das lições que seriam preparatórias para as seguintes.

A inoperância desta escola é explicada com relatórios anuais apresentados pelos ministros das Pastas da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, responsável pelo processo educacional. As idéias predominantes destes relatórios eram a baixa produtividade da escola elementar, despreparo e baixo salário dos professores; ineficiência e inadequação do Método Lancasteriano; falta de prédios escolares, de fiscalização das aulas por parte do governo e de um plano de ensino, que compreendesse do ensino primário até a fundação da universidade.

Desprivilegiada pela sociedade, a educação escolarizada estendia-se somente a conteúdos alienados e de concepção elitista, “aulas avulsas”, geradas pela ideologia de interdição do corpo, isto é, a exclusão do negro, índio e mulher do sistema educacional, produzindo um contingente de analfabetos.

Entre os anos de 1860 e 1870 foi criada na área educacional a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária, onde se definem normas para o exercício da liberdade de ensino e cria-se um sistema de preparação do professor primário.

Pelas medidas legais, vê-se que em 1854, a Reforma Couto Ferraz, no artigo 64, declarou obrigatório o ensino para maiores de sete anos, prevendo sanções para os pais ou responsáveis que descumprissem a legalidade. A Reforma de Leôncio de Carvalho, aumentou este artigo com o Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879, prevendo a obrigatoriedade de frequência às escolas primárias dos 7 aos 14 anos, para ambos os sexos, destinando verbas públicas para escolas particulares que organizassem o ensino primário

para os adultos que não fossem alfabetizados. No primeiro parecer de Rui Barbosa, em 1822, sobre o ensino primário, o artigo 179 da Constituição Federal de 1824 é ampliado; inclui-se a determinação de gratuidade do ensino público e ratifica o princípio da obrigatoriedade, inconcebendo a facultatividade do ensino primário.

Mesmo com todo este movimento, a escola primária permanece a mesma, mecanicista; com suas aulas de leitura, escrita e cálculo e atendendo apenas dez por cento da população em idade escolar. Prova disto são os dados do Recenseamento Geral do Brasil de 1920, que apontam para um índice de 814 analfabetos por 1000 habitantes no ano de 1872 e de 815 por 1000 habitantes em 1890.

A Reforma de Benjamin Constant (1890/1891), principiada pela liberdade e laicidade do ensino, gratuidade da escola primária e descentralização do sistema educacional. A escola seria organizada em duas categorias: 1º grau para crianças de 7 à 13 anos e 2º grau para crianças de 13 à 15 anos.

Mesmo com o advento do século XX, a escrita é privilégio de poucos. Não há um avanço significativo na área educacional.

Através das estatísticas abaixo, podemos perceber quanto ainda, no início do século XX, os índices de analfabetismo são elevados.

	1890	1900	1920
Total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Alfabetizados	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Analfabetos	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de Analfabetos	85%	75%	75%

Com um total de 75% de analfabetos – mais da metade da população -, o Brasil entra no século XX com um déficit educacional bastante elevado.

Na Primeira República, verificamos uma despreocupação do Ministério da Guerra, responsável pela educação, com a questão do analfabetismo, por considera-lo sob a responsabilidade dos governos locais.

Em 1915, foi organizada a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, cujo lema era “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”, já que tal organização pensava sobre o assunto baseada na inferioridade do ser humano.

Apesar de todos os esforços em prol da melhoria educacional, a escola mantém-se a mesma na década de 20, sendo privilégio da classe fundiária dominante, da burguesia industrial e das camadas médias da população.

Na década de 30, verificamos no terreno educacional, pouco mais de dois milhões de crianças em idade escolar, dentro das escolas, num total de oito milhões; sendo que a freqüência não chega a 70%, tendo uma taxa de menos de seis por cento de alunos que chegam a concluir o curso.

O Governo de Getúlio Vargas, através da Carta Magna de 1934, prevê em seu artigo 149, que “A Educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcionar a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país”. No artigo 150, é garantido o ensino primário integral, gratuito e de freqüência obrigatória, extensiva a adultos.

No período de 1937-1945, a escola legitima mais uma vez, o seu papel de manter o “status quo”, dando uma formação profissionalizante para as classes populares e uma formação científica/superior para as elites. A partir de 1945, nos deparamos com mais de 56% da população adulta (15 anos e mais) analfabeta.

Entre os anos de 1946 e 1964, tínhamos 15% da população matriculada, sem freqüentar a escola regularmente. A matrícula na 4ª série do “ensino primário” era de 14,8% (1945) e 16,4% (1955) em relação aos matriculados no mesmo ano na 1ª série. Apenas 13% (1935); 16,4 (1945) e 20,9 (1955) dos que iniciam o curso o concluem após quatro anos de curso.

A expansão quantitativa do ensino elementar é marcada pela seletividade, porque a estrutura escolar não sofreu mudanças qualitativas substanciais para atender as camadas populares. Podemos afirmar, com os dados da progressão da escolaridade abaixo:

Progressão da escolaridade no 1º grau (1948 a 1961)

1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
1948: 1.000	1949: 391	1950: 273	1951: 161
1958: 1.000	1959: 429	1960: 317	1961: 207

Com início da Ditadura Militar (1964-1985), temos a realização da Operação-Escola para obtenção de um diagnóstico educacional em nível nacional, com propostas para implantação e reimplantação desse sistema:

Expansão da rede escolar;
Reformulação do sistema de avaliação;
Promoção e agrupamento de alunos;
Incentivo ao aperfeiçoamento do ensino;
Adequação dos programas às diferenças individuais do educando.
O diagnóstico realizado pela Operação-Escola era parcial, porque dissimulava o papel seletivo escolar na manutenção da estrutura vigente.
Através o Plano Setorial de Educação e Cultura de 1972-74, o Ministério da Educação, tem objetivos, como por exemplo:
Universalizar o ensino fundamental obrigatório e gratuito, na faixa dos sete aos 14 anos de idade;

Eliminar o analfabetismo de adolescentes e adultos.
Havia na “*década de 70, 7,7 milhões de analfabetos na faixa dos sete aos 14 anos e 15,5 milhões com 15 anos e mais (23,7% da população) e, para a década de 80, 8,4 milhões de analfabetos na faixa dos 7 aos 14 anos e 18,5 milhões com 15 anos e mais (25,5% da população), além de 7,4 milhões de crianças em idade escolar fora escola*” (Moll,30).

Tais números indicam que os governos militares não contribuíram para o decréscimo do analfabetismo.

Na década de 80, havia cerca de 56% de fracasso escolar entre os alunos matriculados na 1ª série do ensino de 1º grau.

A Constituição de 1988 tem em seu artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Em seu artigo 206 tem como princípios do ensino, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e a garantia da qualidade. *De acordo com o artigo 208, o dever do Estado com a educação é atrelado à garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria* (Moll,31).

No início da década de 90, tínhamos 45,5 milhões de brasileiros que não tiveram acesso à escola ou não concluíram quatro anos de estudos, não completando o processo de alfabetização.

De acordo com estatísticas de 1996 do IBGE, temos 14,4% (15, 1 milhões) de brasileiros que nunca freqüentaram a escola ou têm menos de um ano de escolaridade.

Esse desempenho coloca o Brasil entre os sete países latino-americanos com taxa de analfabetismo superior a 10% - os outros são República Dominicana, Bolívia, Honduras, El Salvador, Guatemala e Haiti. O resultado apresentado levou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) ligado ao Ministério da Educação (MEC) a classificar a situação como “bastante crítica”.

Temos na região Nordeste, 18,4% da população que nunca foi, ou freqüentou a escola por menos de um ano, na região Sul, essa taxa é de 7,1%. O desempenho do Sudeste é pouco inferior ao do Sul, 7,8%. Embora o analfabetismo esteja em queda há vários anos, o processo não é homogêneo.

Segundo o IBGE, analfabeto é aquele que não sabe ler ou escrever um bilhete simples. Atualmente, convivemos com mais de 1/5 (20%) da população brasileira sem saber ler e escrever (maiores de 15 anos), isso se falar das pessoas que, na prática, conseguem somente assinar seu próprio nome. Adicionando analfabetos e semi-analfabetos, temos cerca de 36 milhões de adultos nesta situação.

O pior é que temos uma estatística de pelo menos oito milhões de crianças ao ano, em idade escolar, sem freqüentar as salas de aula, e com baixas expectativas de mudança.

O analfabetismo se distribui em nosso país de acordo com a forma histórica de apropriação dos benefícios do desenvolvimento econômico. O analfabetismo não é um fato natural, pois está distribuído desigualmente entre as classes sociais. Tal situação é agravada pela mediação feita pela escola.

A “despreocupação” pela educação, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos é conseqüência deste construir histórico que traz no seu interior, o desprezo às camadas populares. A negação do conhecimento a muitos perpetua até hoje, no que denominamos analfabetismo.

2. O Histórico da Psicopedagogia

A partir da década de 60, a categoria profissional dos psicopedagogos começa a expandir-se e a organizar-se buscando, inicialmente, as causas do fracasso escolar, através da sondagem de aspectos do desenvolvimento físico e psicológico do aprendiz.

Nessa época, os psicopedagogos prendiam-se a uma concepção organicista e linear, com conotação nitidamente patologizante, que encarava

os indivíduos com dificuldades na escola como portadores de disfunções psiconeurológicas, mentais e/ou psicológicas.

Pesquisadores do Institute for Language Disorders enfatizavam os conceitos de Disfunção Cerebral Mínima (DCM) e o de Distúrbios de Aprendizagem, considerados os principais responsáveis pela incapacidade de algumas crianças para aprender.

Essas idéias, inicialmente difundidas através dos consultórios particulares, acabaram chegando às escolas que, sem nenhum critério, classificavam as crianças com dificuldades para ler e escrever como “disléxicas” e, as mais agitadas como “hiperativas”.

O conceito de DCM permitiu uma aceitação maior da criança pelo professor e pelos pais, uma vez que, portadora de uma “doença” neurológica, ela não poderia ser responsabilizada pelo próprio fracasso. Porém, também serviu para desmotivar os educadores a investirem na aprendizagem. Já nos consultórios de atendimento psicopedagógico, enfatizou-se mais uma vez a postura medicalizadora vigente na época.

Atualmente, autores estrangeiros da área médica, de grande penetração nos meios psicopedagógicos, chamam atenção para a dificuldade de definir limites claros e objetivos entre os conceitos de normalidade e de patologia na aprendizagem escolar. Tal fato decorre da própria variação desses conceitos em diferentes fases do desenvolvimento da criança.

A divulgação das idéias escolanovistas também repercutiu no pensamento psicopedagógico. A ênfase no aspecto afetivo da aprendizagem acabou levando os psicopedagogos a utilizarem um número exagerado de testes e de instrumentos de medidas, na tentativa de encontrar índices que os conduzissem a um diagnóstico. Com o passar do tempo, essa medida mostrou-se não só ineficaz, mas prejudicial, pois alguns alunos acabavam estigmatizados como incapazes para aprender.

As idéias de Emília Ferreiro contribuíram para que as escolas pudessem rever sua atuação frente aos alunos, procurando avaliá-los pelo processo ensino-aprendizagem.

Outra vertente que contribuiu para redimensionar a concepção de problema de aprendizagem foi o modelo sócio-interacionista, no qual se destaca o trabalho de Vygotsky. Para o autor, o desenvolvimento cognitivo das crianças é, inicialmente, determinado por processos biológicos e guiado por interações sociais com adultos, o desenvolvimento das habilidades cognitivas.

Autores como Visca e Pain se preocuparam com um modelo teórico que desse unidade ao processo de aprendizagem e aos problemas dele decorrentes, esses autores ocupam-se particularmente das relações entre inteligência e afetividade, considerando, ainda, as contribuições do materialismo histórico. Ao dimensionarem o processo de aprendizagem, levam em conta a interferência de aspectos biológicos, cognitivos, emocionais e sociais.

Visca concebe a aprendizagem como uma construção intrapsíquica, com continuidade genética e diferenças evolutivas. Para ele, existem quatro níveis de aprendizagem que se estendem desde o nascimento até a morte. O primeiro nível denomina-se proto-aprendizagem e caracteriza-se pelas primeiras interações da criança com a mãe. O segundo nível, a deutero-aprendizagem, refere-se a inter-relação entre a criança, os objetos que a rodeiam e o ambiente mais próximo. O terceiro nível, denominado aprendizagem assistemática, e o quarto, aprendizagem sistemática, são representados respectivamente pelas interações do indivíduo com a comunidade e geral e com as instituições educativas.

Para Pain, a aprendizagem depende: da articulação de fatores internos e externos ao sujeito; do organismo: a infra-estrutura que leva o indivíduo a registrar, gravar, reconhecer tudo que o cerca através dos sentidos, permitindo-o regular o funcionamento total; do desejo: entendimento como o que se refere às estruturas inconscientes.

Para a autora, a aprendizagem tem três funções. Uma função socializadora porque, à medida que o indivíduo aprende, ele se submete a um conjunto de normas, identificando-se com o grupo ao qual pertence (transforma-se em um ser social). Uma função repressiva, porque pode significar uma forma de controle, com o objetivo de garantir a sobrevivência do sistema que rege a sociedade. Uma função transformadora, que deve direcionar a atuação dos psicopedagogos, permitindo ao sujeito uma participação na sociedade, não na perspectiva de reproduzi-la, mas de transformá-la.

Por apresentarem uma concepção mais completa do ser humano, estes autores tiveram o mérito de oferecer a Psicopedagogia uma visão de inúmeros fatores que envolvem o processo de aprendizagem e os problemas dele decorrentes.

2.1 Associação Brasileira de Psicopedagogia

A partir da década de 80, a Psicopedagogia, em função da eficiência demonstrada na área clínica, se estruturou como corpo de conhecimento

e se transformou em campo de estudos multidisciplinares. Seu objetivo foi resgatar uma visão mais globalizante do processo de aprendizagem e, conseqüentemente, dos problemas decorrentes desse processo.

Com isso, foi criada a Associação Brasileira de Psicopedagogia, que tem contribuído para que a Psicopedagogia, a partir de uma nova concepção de problema de aprendizagem. A Associação iniciou suas atividades no ano de 1980, denominando-se inicialmente Associação de Psicopedagogos de São Paulo.

Com o crescente avanço do campo de atuação da Psicopedagogia, os psicopedagogos sentiram a necessidade de aprimorar a própria formação, adquirindo conhecimentos multidisciplinares. Partindo dessa perspectiva, a Associação passou a promover diversas modalidades de atividades, contando com a liderança de profissionais de diferentes áreas. A necessidade de conhecimentos multidisciplinares impunha-se cada vez mais para uma atuação psicopedagógica mais abrangente.

Em 1988, passa a denominar-se Associação Brasileira de Psicopedagogia.

A contínua expansão da Psicopedagogia e, em decorrência disso, a abertura indiscriminada de cursos de formação nessa área em todo o país – muitas vezes de qualidade duvidosa –, levou a Associação a elaborar num documento sobre Identidade Profissional do Psicopedagogo e os Objetivos da Psicopedagogia, a partir da delimitação de seu campo de estudos e de atuação.

Esse documento passou por várias etapas de discussão contando com a participação não só de sócios das Associações Estaduais e da Brasileira, mas também, dos coordenadores e representantes de inúmeros cursos de Psicopedagogia de São Paulo e do Rio de Janeiro.

No II Congresso e V Encontro realizados em julho de 1992, a Associação enfatizou a Psicopedagogia enquanto uma práxis e, como tal, capaz de oferecer alternativas de ação no sentido de uma transformação, o que possibilita à instituição escolar e aos alunos uma melhoria nas condições de aprendizagem, objetivando reverter à situação dramática em que se encontram as escolas brasileiras.

Assim, de um enfoque meramente clínico, centrado nas patologias dos problemas de aprendizagem, para um enfoque multidisciplinar, levou-se em conta uma pluralidade de causas e de fatores que interferem no processo de aprender, sem perder de vista a dimensão mais ampla da sociedade.

Com isso, a Psicopedagogia aprofundou conhecimentos que lhe possibilitam uma contribuição efetiva não só relacionada aos problemas de aprendizagem, mas, também, na melhoria da qualidade do ensino oferecido nas escolas.

Além disso, ao utilizar-se de várias áreas do conhecimento para aprofundar seu campo de estudo e atuação, a Psicopedagogia deixou de privilegiar esta ou aquela corrente de pensamento, esta ou aquela ciência. Dessa forma, contribui para a percepção global do fato educativo e para a compreensão satisfatória dos objetivos da Educação e da finalidade da escola, possibilitando, assim, uma ação transformadora.

A Psicopedagogia no Brasil está consolidando-se cada vez mais num movimento de busca concreta por respostas e alternativas aos problemas vinculados ao aprender, que se avolumam no cotidiano da escola, cujas conseqüências se fazem, cada vez mais, presentes no contexto social.

Enquanto campo do conhecimento em construção sobre a articulação entre o psíquico e o cognitivo e suas profundas relações com a gênese da aprendizagem, a Psicopedagogia tem procurado constantemente aportes teóricos de sua epistemologia e propiciadores de sua fundamentação.

A trilha firmada pela produção teórica da Psicopedagogia se fez ao longo do tempo por meio de pesquisas nos campos da Psicologia, Neurobiologia, Psicanálise, Pedagogia e Epistemologia Genética. Todo este movimento ganhou espaço no meio acadêmico.

2.2 O Papel do Psicopedagogo

Para analisar a respeito dos processos de aprendizagem (ensino-aprendizagem), o psicopedagogo deve (além de outras características de formação pessoal e profissional) ter um caráter investigativo. A própria interdisciplinaridade que caracteriza a formação do corpo teórico e da práxis pedagógica, exige sua atenção ampla às evoluções científicas e culturais e aos fenômenos sociais de sua época.

O psicopedagogo se interessa pelo processo de construção do conhecimento (socializado).

Contextualizado e atuante em seu meio e em seu tempo, o psicopedagogo participa de uma situação social em um momento histórico-cultural, que se revela frente ao olhar investigativo, reflexivo, capaz de construir metas de ação.

A Psicopedagogia se constitui como um campo de atuação a partir de práticas de intervenção na realidade (de tentativas de entendimento e enfrentamento de problemas de aprendizagem em situações e contextos sociais e institucionais reais), construindo seu corpo teórico com a marca fundamental da articulação de conhecimentos oriundos de várias áreas do conhecimento, para promover o entendimento e a busca constante dos problemas de aprendizagem.

O psicopedagogo tem a missão de auxiliar a aprendizagem, para que esta se torne contextualizada e dinâmica. No trabalho desenvolvido, esse profissional não pode priorizar em sua ação educacional a atenção para atividades de ensino-aprendizagem que se baseiam em construções que já estão “implícitas” nas condições do sujeito. Pelo contrário, o psicopedagogo deverá estimular o aluno, enriquecê-lo com um contato mais direto com o mundo, para além das funções racionais.

2.3 O Psicopedagogo em Ação. O “Locus do Problema” – A Escola

Ao analisar a problemática do analfabetismo, ou primordialmente, na tentativa de colaborar com o trabalho desenvolvido nas classes de alfabetização, o psicopedagogo necessita ter bastante claro e definido que o processo de desenvolvimento da criança não ocorre desvinculado de fatores externos e/ou internos a ela que poderão afetar de maneira decisiva a aprendizagem do educando.

Tomando por base essa definição e de acordo com Ferreira (2002), podemos dividir didaticamente o desenvolvimento da criança em seis etapas, que se relacionam, estão intrinsecamente unidas e completam o ser humano:

Desenvolvimento Afetivo;
Desenvolvimento Escolar;
Desenvolvimento da Linguagem;
Desenvolvimento Neurossensório-Motor;
Desenvolvimento Social;
Desenvolvimento Intelectual.

Para que o todo da criança se desenvolva de maneira satisfatória, possibilitando assim a aprendizagem, no caso específico à alfabetização, é importante que o psicopedagogo escolar saiba que:

- *O desenvolvimento não ocorre automaticamente, precisa ser estimulado;*
- *As etapas do desenvolvimento não se desenvolvem simultaneamente;*
- *Se uma das etapas do desenvolvimento não acontecer, poderá bloquear o desenvolvimento das outras;*
- *A criança precisa estar em contato com o outro para se desenvolver;*
- *O desenvolvimento não acontece no isolamento;*
- *Mesmo produzindo seu próprio desenvolvimento a criança precisa do professor para ser mediador do processo de aprendizagem.*

Tanto o professor alfabetizador, quanto o psicopedagogo têm como tarefa principal conhecer em que estágio está o desenvolvimento dos educandos, auxiliando de maneira eficaz e adequada com estímulos propulsores da aprendizagem.

O psicopedagogo é o profissional que por meio de uma avaliação diagnóstica e com a intermediação de jogos psicopedagógicos pode auxiliar e mediar a construção do conhecimento, a partir do ponto de desenvolvimento em que o aluno está.

Os jogos são ferramentas importantes para a efetivação do trabalho transdisciplinar – característico do psicopedagogo -, além de ratificarem com a ludicidade o prazer da aprendizagem.

O lúdico dos jogos envolve três funções que essenciais para a concretização da alfabetização:

- *Socializadora (a criança desenvolve hábitos de convivência);*
- *Psicológica (a criança aprende a controlar seus impulsos);*
- *Pedagógica (o jogo trabalha a interdisciplinaridade, a heterogeneidade, assim como de forma positiva o erro, tornando a criança agente ativo no seu processo de desenvolvimento).*

Diante da grande multiplicidade ocorrida na sala de aula e a tão conhecida falta de tempo do professor, o psicopedagogo tem a capacidade

de organizar aulas que atendam as diversidades das turmas, e mais especificamente dos que estão se alfabetizando, para isso o profissional deverá considerar no aluno alguns aspectos, tais como: esquema corporal, lateralidade, interação espacial, orientação temporal, coordenação motora, vocabulário, articulação, organização do pensamento e desenvolvimento sensorial.

O auxílio do psicopedagogo na escola é de suma importância, visto que a aprendizagem é um processo múltiplo, a alfabetização ainda hoje um entrave social e as necessidades para além da aquisição da leitura e escrita problemáticas graves no cenário brasileiro.

Por meio do jogo, de uma relação dialógica e na construção de projetos psicopedagógicos o profissional da Psicopedagogia tem a capacidade de intervir positivamente no trabalho desenvolvido em aula, avaliando alunos e professores, contribuindo para o processo ensino-aprendizagem.

A ação psicopedagógica na sala de aula tem o objetivo de ajudar o professor a construir uma visão mais globalizada do aluno oferecendo-lhe o suporte necessário para a aprendizagem.

3. (An)Alfabetismo

“A alfabetização é um processo que começa a ser construído fora e antes da entrada da criança na escola”.
(Kramer, 1995)

A alfabetização é um processo que se inicia fora e muito antes da criança entrar na escola, porém, encontramos uma primeira etapa: a alfabetização realizada de maneira repetida. Por desconhecerem a importância do simbolismo da linguagem escrita, os professores valorizam somente as habilidades *“percepto-motoras, reforçando seu aprimoramento”*. (Kramer, 1995, p. 106)

Deve-se encarar a alfabetização como uma prática de transformação do mundo (escrita-contexto), tendo no ambiente alfabetizador, um espaço onde os sujeitos são desafiados a pensar sobre a escrita como elemento de significação de contextos. *“Alfabetizar significa fornecer ao aluno, além do rol de letras, todas as normas que regulam o emprego dos recursos exclusivamente gráficos da significação”*. (Bozza)

A alfabetização caracteriza-se como uma produção conceitual, sendo assim, um fator de mudança de comportamento diante do contexto

inserido, possibilitando a integração do ser humano à sociedade crítica e dinâmica, desenvolvendo-se de maneira social e individual.

Em determinado momento da vida das crianças uma proposta formal de ensino da língua escrita tem início. Cabe à escola esta tarefa, desenvolvendo procedimentos ou métodos que permitam a obtenção de tal meta, ou seja, de alfabetizar crianças capazes de ler e escrever. Entretanto, nem todas as crianças chegam da mesma forma a este ponto. São crianças com diferentes perfis.

No espaço escolar encontramos crianças vindas de ambientes sociais alfabetizados (convívio com espaços sociais plenos de leitura e escrita), bem como na situação contrária (espaço social excluído do acesso à língua escrita). Diante disso, devemos como educadores, considerar o ponto de partida em que este aluno se encontra, no momento de seu ingresso escolar. Com isso, temos “condição” de exigir desta criança, o conhecimento que é próprio de sua vivência.

3.1 Causas e Conseqüências

No dia-a-dia do ambiente escolar, assistimos a evasão escolar, legitimada, muitas das vezes por situações de “erros” constantes, bem como, pela repetência. Tal fato indica o descaso da instituição escolar com o aluno, visto que não possui estratégias de conservação, manutenção e reintegração deste indivíduo.

A “evasão escolar” encobre a verdadeira exclusão dos alunos das camadas populares, por falta de domínio da leitura e escrita. Neste sentido, a escola contribui e aumenta o número de analfabetos, com atitudes de constante disciplina, relação professor-aluno autoritária e trabalhos obrigatórios e repetitivos. O culto ao silêncio, ao medo, ao controle e a divisão do tempo na sala de aula, determinam os comportamentos “corretos”. A arrumação da fila designa o lugar que cada um deve ocupar, quando não correspondida, utiliza-se à expressão “mau aluno”, punição e exclusão.

A limitação do sujeito é constante, seja por meio da linguagem, espaço físico, temporal, tendo como conseqüências a não aprendizagem. As relações sociais são permeadas pela fiscalização, tem a correção a única “*forma de interação entre a professora e seus alunos*”. (Moll, 50) Nada dentro da sala de aula ocorre sem o consentimento da professora, sendo deu modelo o correto, copiado e reproduzido pelos alunos. A classe social,

valores, expressões atitudes e normas da professora constituem o padrão, construindo uma imagem para as camadas populares de inadequação e incorreção do seu grupo social.

“A gravidade desta forma de desenvolver o trabalho pedagógico no processo de alfabetização. Além de todos os aspectos já apontados, está também na compreensão docente de que ler e escrever reduz-se a copiar encher linha. A criança passa praticamente o tempo todo reproduzindo o modelo apresentado e repetindo-o, não apenas para corrigir os erros, mas para fixar o suposto conhecimento”.
(Moll, 51)

Outras formas de exclusão verificadas em sala de aula são as seguintes: intolerância e discussão; curiosidade vista como desinteresse, desatenção, falta de concentração e obstrução do desenvolvimento cognitivo pelo “trabalho docente”.

Tais mecanismos explicitam a “contribuição pedagógica” para o fracasso escolar, perpassando uma ineficiência da instituição escolar na socialização do saber.

Há uma desconsideração e tratamento inadequado aos conteúdos; desarticulação entre os conteúdos pedagógicos e conteúdos de ensino; desconsideração das especificidades próprias dos níveis e/ou modalidades de ensino em que são atendidos os alunos.

Sob o aspecto tratado, e de acordo com Zorzi (2004), podemos também falar daquelas crianças que tiveram a oportunidade de constituir conhecimentos importantes a respeito da linguagem escrita por terem convivido com pessoas que lêem e escrevem e terem tido acesso a textos escritos. Estas crianças, em sua maioria, foram, ao longo do tempo, construindo noções significativas a respeito da escrita, facilitando o processo de assimilação daquilo que está sendo apresentado. Nesta categoria possivelmente encontram-se as crianças com maiores chances de sucesso frente às propostas escolares para o ensino da leitura e da escrita. Porém, a escola tem a tarefa de dar continuidade a este processo de construção do conhecimento formando pessoas capazes de utilizar efetivamente a leitura e a escrita.

Encontramos também, crianças que mesmo interagindo com a linguagem escrita por viverem em ambientes nos quais esta forma de comuni-

cação está presente, não alcançaram conhecimentos significativos. Nem sempre a oportunidade garante a aprendizagem, mesmo o aluno não apresentando problemas cognitivos e lingüísticos. Nesse sentido, a escola deverá trabalhar a motivação, para que haja um estreitamento na relação ensino-aprendizagem.

Podemos relacionar casos em que as crianças, principalmente por viverem em condições sociais e econômicas pouco favoráveis, acabam tendo muitas restrições em termos de oportunidade de leitura e escrita. O analfabetismo faz parte deste quadro. Há crianças que mesmo possuindo condições de aprendizagem, não conseguem estabelecer relações significativas com a leitura e a escrita. Parece ser a realidade de uma grande parcela das crianças brasileiras.

A maior parte destas crianças está “destinada” ao fracasso escolar e irá compor as estatísticas daqueles com baixo rendimento escolar, de reprovações, daqueles com defasagem entre série e idade, dos que estão em programas de aceleração escolar e até mesmo daqueles que um dia acabarão abandonando a escola. Estas crianças também poderão ser taxadas como portadoras de distúrbios de aprendizagem, porém para afirmarmos tal fato precisaríamos garantir a existência de condições e oportunidades efetivas para que se tenha a aprendizagem.

Por último, temos um grupo de crianças com variados graus de dificuldades de aprendizagem, podendo ser classificadas como portadoras de necessidades educativas especiais ou mesmo, com reais dificuldades de aprendizagem.

3.2 Inadequação dos Métodos

Ao escolher a metodologia de ensino, devemos compreender como a criança aprende, a preocupação do alfabetizar se faz presente através de métodos de ensino que facilitem a aprendizagem. A própria escolha dos métodos e técnicas que serão adotados deverá levar em consideração a função social; torna-se necessário à definição do “para quê” da alfabetização, já que possui um sentido técnico, didático político e ideológico.

Com Comenius iniciamos um extenso caminho para definição de um método eficaz para alfabetizar. Dentre os mais variados métodos de ensino da leitura e escrita utilizada pelos docentes, podemos dividi-los em dois grandes grupos. Métodos Sintéticos e Analíticos de Alfabetização.

Os Métodos Sintéticos trabalham com fonema, sílaba e letra, para assim, chegar a palavras, frases e textos. Estruturam-se através da percepção auditiva e posteriormente associada à grafia. Apóia-se no treino e repetição, onde há o predomínio da leitura mecânica anterior a leitura compreensiva, estabelecendo-se um esvaziamento do sentido da mensagem.

Os Métodos Analíticos possuem procedimentos opostos aos dos Métodos Sintéticos, partindo de unidades complexas para simples. Buscam fazer uma alfabetização contextualizada, porém, trabalham com o visual, partindo para um processo de etapas, onde nada tem haver com a aprendizagem do educando.

Estes métodos foram muito usados antes de 1964, onde havia um envolvimento de percepções, criticidades, relacionando o processo de alfabetização com o contexto da criança. Já os Sintéticos, induzem a uma decodificação automática, provocando o desinteresse da criança pela leitura e o afastamento da realidade social.

A intensa preocupação na escolha do método/processo de ensino da linguagem escrita esvaziou o conteúdo do contexto sócio-cultural do aluno, transformando a educação num depósito de conhecimentos.

“A abordagem da alfabetização centrada nos métodos de ensino e na prontidão para a aprendizagem reduz sua abrangência conceitual enquanto objeto de conhecimento e a visão acerca do sujeito que aprende”.
(Moll, 58)

As cartilhas são geradas dentro desta perspectiva citada por Moll. Aquelas reúnem uma amostra das habilidades que são consideradas pré-requisitos à alfabetização, sendo também, uma opção metodológica.

Não é negar a importância da intervenção docente no processo de aprendizagem da leitura-escrita, mas modificar a ação docente, para assim, contribuir na aprendizagem. Não se pode ignorar o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, anterior sua entrada no ambiente escolar. É importante salientar que é necessário considerar toda a trajetória da criança, para não virmos a empobrecer ou interromper o seu desenvolvimento.

4. O Milagre do Processo Educacional

As interferências extra-escolares são cogitadas quando se vê problemas de aprendizagem, ratificando que a “deficiência” esteja em quem aprende. A perspectiva é que uma intervenção adequada possa resolver ou minimizar problemas apresentados pela criança, de modo que a aprendizagem possa ocorrer. De alguma forma tal afirmação se faz real.

Impossível pensar em soluções que sigam modelos de intervenção clínica, sem envolver mudanças educacionais. Ao lado de problemas de aprendizagem em níveis individuais, temos o predomínio de problemas decorrentes da falta de oportunidades para aprender, o que configura a necessidade de novos enfoques nas propostas escolares. O problema é antes de tudo social, e não propriamente clínico.

Se por um lado buscamos alternativas individualizadas, com atendimentos especializados, por outro, a grande maioria dos problemas diz respeito a uma falta de ajuste entre as propostas escolares e a realidade da maior parte dos estudantes, ocasionando a não-aprendizagem.

São muitos os desafios da educação. A realidade confirma-os e revela que não tem sido fácil superá-los. O esforço em conjunto envolvendo profissionais de formação distintas, mas complementares, como o psicopedagogo, pode ser uma contribuição benéfica. A colaboração com novas propostas educacionais, que melhor se ajustem ao perfil da população a ser educada é uma meta do psicopedagogo.

Conclusão

A alfabetização tem sido um tema bastante discutido pelos que se preocupam com a educação, já que há muitas décadas se observam as mesmas dificuldades de aprendizagem.

Primordialmente, a alfabetização é a aprendizagem da leitura e da escrita, e isto é um processo fundamental para o desenvolvimento integral do indivíduo.

O aprendizado da leitura e da escrita depende, fundamentalmente, de condições sociais propícias. Assim sendo, a idade para se aprender a escrever fica condicionada não somente às características da criança em si, mas também à existência de condições culturais específicas, de um ambiente letrado.

Muitas crianças, desde pequenas, têm a oportunidade de interagir com textos escritos, assim como com pessoas que lêem e escrevem. Situações deste tipo podem propiciar a descoberta e a compreensão das funções e usos que as pessoas fazem da linguagem escrita. Quanto mais intenso for este tipo de interação, maiores oportunidades as crianças terão para ir construindo conhecimentos diversificados a respeito dos atos de ler e escrever. Tais conhecimentos permitem a construção de hipóteses a respeito de ler e escrever.

Este conjunto de conhecimentos poderá ter um papel determinante na aprendizagem formal da escrita, uma vez que servirá de base para que a criança compreenda aquilo que a escola está lhe ensinando quando iniciar uma proposta formal de alfabetização. A probabilidade de sucesso poderá ser maior, uma vez que os métodos se mostram mais eficazes para aqueles que já trazem uma possibilidade de assimilar, de alguma forma, o que está sendo proposto.

Por outro lado, crianças que não tiveram tais oportunidades podem não apresentar o mesmo rendimento. Este desconhecimento ou compreensão mais limitada que elas possam ter interferirá nas possibilidades de sucesso das propostas formais de alfabetização, caso não se leve em consideração à realidade vivida por tais crianças. Limitações semelhantes poderão estar ocorrendo com crianças que, apesar de terem sido criadas em ambientes letrados e terem tido a possibilidade de interagir com linguagem escrita, por alguma razão não o fizeram, até mesmo por falta de envolvimento ou de interesse em relação a ela.

Sendo a alfabetização o ponto de partida para o desenvolvimento e a compreensão do conhecimento desenvolvido pela escola, é de fundamental importância conhecer como se acontece o processo de aquisição da leitura e da escrita e o envolvimento das demais áreas que contribuem com suas pesquisas à compreensão desse processo. Áreas como a Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Neuropsicologia, Neurolingüística, Sociolingüística, Psicopedagogia e outras.

Aprender a ler e a escrever é apropriar-se de um código lingüístico, é tornar-se um usuário da leitura e da escrita, com real compreensão dos usos e funções da linguagem que esteja sustentada em um interesse em comunicar e compreender. Por meio da alfabetização, o homem pode tornar-se um ser global, simbólico, social, um cidadão inserido na civilização contemporânea.

A dificuldade de entender o como se dá o processo ensino-aprendizagem da leitura e da escrita faz com que ainda não se tenha um meio plenamente eficiente no seu desenvolvimento, assim como nas maneiras de intervir e propor soluções para que de forma consciente se dê à construção e a reconstrução do código lingüístico.

A leitura e a escrita não são funções isoladas, mas manifestações de um mesmo sistema (funcional da linguagem). A língua escrita, enquanto objeto cultural, constitui-se em um sistema “significante”.

Como a escrita é uma função culturalmente mediada, a criança se desenvolve numa cultura letrada e está exposta aos diferentes usos da linguagem escrita e ao seu formato, tendo diferentes concepções a respeito desse objeto cultural ao longo de seu desenvolvimento. Assim sendo, o sistema simbólico da escrita interfere antes e mais fortemente no processo de desenvolvimento da criança.

A escrita, sistema simbólico que tem um papel mediador na relação entre sujeito e objeto de conhecimento, é um artefato cultural que funciona como suporte para certas ações psicológicas, isto é, como um instrumento que possibilita a ampliação da capacidade humana de registro, transmissão e recuperação de idéias, conceitos e informações.

Muitas são as razões que determinarão o sucesso ou o fracasso escolar de uma criança, como: fatores fisiológicos, fatores psicológicos, condições pedagógicas e principalmente o meio sócio-cultural em que vive o educando. Tal contexto aplica-se para a situação de alfabetização.

Se uma criança não consegue aprender faz-se necessário achar uma forma diferente de ensino. Não significa colocar a culpa no alfabetizando, procurando algo que esteja errado. A metodologia de ensino pode não estar atendendo as particularidades da criança, claro que nem sempre, é preciso que haja uma investigação para acurada por parte do profissional que tem as características indispensáveis para execução de tal procedimento – o psicopedagogo (profissional interdisciplinar).

Nem a criança, nem o professor poderão ser sumariamente responsabilizados pela não aprendizagem, pelo analfabetismo, pois atualmente temos a consciência bastante clara dos inúmeros fatores, de diversas instâncias que poderão bloquear o processo ensino-aprendizagem. Em virtude da dificuldade da concepção de um ensino eficaz é obrigação da instituição escolar providenciar e/ou ter em seu quadro profissional, um susten-

táculo para reverter o fracasso escolar. Toda a criança pode aprender a ler e a escrever, mas não em qualquer situação.

Para que ocorra a alfabetização e o domínio da leitura e da escrita é muito importante a intervenção pedagógica intencional. Sob esse ponto de vista, a capacidade de aprendizagem está determinada pelo grau de mediação que uma pessoa tenha recebido, em suas experiências de aprendizagem. O principal fator do problema de aprendizagem é a privação cultural, entendida como falta de uma adequada mediação.

Diante desta múltipla faceta, ante um conjunto de complicações enfrentadas por professores e alunos, o psicopedagogo é o “multiprofissional” com capacidade de auxiliar todo o trabalho pedagógico, por meio de sua eficaz intervenção psicopedagógica (o jogo pode ser usado para dinamizar a ação). O profissional da Psicopedagogia com um estudo específico e peculiar a sua área de atuação, tem a possibilidade de criar condições para uma melhor aprendizagem. Seu trabalho fornece subsídios para um alcance maior da compreensão, investigação, assessoramento e planejamento no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem.

Esta área de atuação também permite aos profissionais a análise do processo de aprendizagem do ponto de vista do sujeito que aprende e da instituição que ensina, no que tange a seu decurso normal ou com dificuldades (observação da dinâmica interacional educando-educador mediada pelo conhecimento).

A Psicopedagogia tem o desejo de conhecer mais sobre o outro para poder ajudá-lo a vencer suas dificuldades, superar seus problemas de aprendizagem e compreender os elementos que interferem nesse processo, em busca da autoria de pensamento.

A busca do autoconhecimento, a busca da autonomia, permeada pela dimensão social e a dimensão pessoal, aliadas ao desenvolvimento global explicam a importância crescente da Psicopedagogia.

A escuta, o olhar e as intervenções psicopedagógicas estão voltados aos movimentos subjetivos entre professor e aluno frente ao conhecimento.

Contribuir para o crescimento dos processos da aprendizagem e auxiliar no que diz respeito a qualquer dificuldade em relação ao rendimento escolar, também são do âmbito da Psicopedagogia, bem como de educadores em geral. Ter conhecimento de como o aluno constrói seu conhecimento, compreender as dimensões das relações com a escola, com os profes-

res, com o conteúdo e relacioná-los aos aspectos afetivos e cognitivos, permite uma atuação mais segura e eficiente.

A aprendizagem ocorre na intersubjetividade, produzida na intercomunicação e inter-relação. O conhecimento acontece num processo de troca. Aprender significa também se apropriar do conhecimento de alguém, desde o nascimento. A aprendizagem ocorre pela interação de aspectos biológicos, culturais, emocionais, sociais, espirituais, econômicas e afetivas. Ela forma o indivíduo para a sociedade e esta para o indivíduo. Aprender significa contatar, apreender, interpretar, interagir, apropriar-se e transformar o cotidiano e a história, recebendo e atribuindo-lhes diferentes sentidos.

A atuação da Psicopedagogia tem como base o pensar, a forma como a criança pensa e não propriamente o que aprende.

Ter um olhar psicopedagógico de um processo de aprendizagem é buscar compreender como os elementos do seu sistema cognitivo e emocional são utilizados para aprender. É também buscar compreender a relação do aluno com o conhecimento, a qual é permeada pela figura do professor e pela escola.

Através dos conhecimentos veiculados pela Psicopedagogia, acredito que possamos ressignificar as dificuldades de aprendizagem no processo de aquisição da linguagem escrita.

A Psicopedagogia tem a capacidade de mediar a construção do conhecimento, fazendo com que todos tenham acesso à compreensão da leitura e da escrita. ◆

Referências

BOZZA, Sandra. **Tempo de alfabetizar... com textos.**

FERREIRA, Márcia. **Ação psicopedagógica na sala de aula – uma questão de inclusão.** 3 ed., São Paulo: Paulus, 2002.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil.** 2.ed., São Paulo: Cortez, 1993.

KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita** – formação de professores em curso. Rio de Janeiro: Edição Papéis e Cópias da Escola de Professores, 1995.

LIMA, Elvira Souza. **Quando a criança não aprende a ler e a escrever**. São Paulo: Editora Sobradinho 107.

MOLL, Jaqueline. **Alfabetização possível** – reinventando o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.

NOVA ESCOLA – A REVISTA DO PROFESSOR. São Paulo: Ed. Abril, n.173, jun./jul. 2004.

SCOZ, Beatriz. **Psicopedagogia e realidade escolar** – o problema escolar e de aprendizagem. 10. ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

ZORZI, Jaime Luiz. Aprender a ler e a escrever: indo além dos métodos. In: FELDMAN, Claudia; SCOZ, Beatriz [et al.]. **Psicopedagogia** - contribuições para a educação pós-moderna. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 161-174.

Atuação Psicopedagógica e Aprendizagem Escolar. **Pedagogia em Foco**. 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spapae.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2004.